



Alerj convocará secretários para explicar crise do estado

Titulares da Fazenda e do Planejamento faltaram ontem à sessão marcada pela Casa

LUÍZ GUSTAVO SCHMITT
gustavo.schmitt@oglobo.com.br

A Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa (Alerj) aprovou ontem a convocação dos secretários estaduais de Fazenda, Julio Bueno, e de Planejamento, Francisco Caldas. Eles terão que ir à Casa, na próxima terça-feira, dar explicações sobre o plano de aplicação dos R\$ 2,9 bilhões que a União vai transferir para o Rio a fundo perdido.

Os secretários faltaram ontem à sessão da comissão em que foram convidados a prestar os esclarecimentos sobre os gastos dos recursos federais e o decreto de calamidade, publicado há duas semanas. Os deputados reagiram com irritação, aprovando por unanimidade a convocação. Em caso de ausência, os secretários podem incorrer em crime de responsabilidade.

A Fazenda não enviou representantes à sessão. O Planejamento mandou dois funcionários da área técnica. Visivelmente constrangido, o analista de planejamento Francisco Marcelo

Bandeira pediu desculpas aos deputados por não saber responder aos questionamentos.

— Não temos definição sobre quais são as demandas — disse Bandeira.

O deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) não disfarçou o incômodo:

— Isso aqui é uma audiência pública. Não é uma escola de alfabetização para recebermos respostas tão evasivas.

O analista explicou que só podia tratar de aspectos técnicos, já que não participava das decisões do governo.

— Eu quero pedir desculpas. Eu não sei (como vão ser gastos os R\$ 2,9 bilhões). Sou apenas um servidor — disse o analista de planejamento.

Opositor ao governo, Eliomar Coelho (PSOL), criticou Julio Bueno:

— Essa cadeira vazia ao meu lado deveria estar ocupada pelo Julio Bueno, para ele explicar os motivos e as consequências do decreto de calamidade. Não apareceu e não deu explicações.

Segundo a assessoria de Bueno, o secretário não compareceu porque estava em Brasília agilizando os trâmites burocráticos para liberar os R\$ 2,9 bilhões. O secretário Francisco Caldas não explicou a ausência. ●

ACORDO COM EMPRESÁRIOS

RESTAURANTES POPULARES ABERTOS

Um acordo feito entre o estado e empresas fornecedoras de alimentos evitou o fechamento de oito restaurantes populares. De acordo com o secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Paulo Melo, os empresários assumiram o compromisso de não encerrar as atividades hoje, como tinham anunciado. Eles deram, no entanto, um prazo de dez dias

para o governo quitar a dívida, que já chega a R\$ 30 milhões com esses fornecedores.

— A situação é drástica, muito complexa. O fechamento desses restaurantes criaria, na vida das pessoas, um caos social muito grande — afirmou Paulo Melo.

Há 16 restaurantes hoje no estado, que servem refeição a R\$ 2. O governo quer municipalizar a unidade de Duque de Caxias.